

Rupturas e permanências na abordagem telejornalística sobre a violência contra as mulheres: notas sobre o RJ1¹

Flavia Leiroz²

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Patrícia Cardoso D'Abreu³

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A partir do marco temporal da promulgação da Lei do Femicídio, este trabalho busca contribuir com a reflexão sobre o papel da imprensa na cobertura de crimes cometidos contra mulheres brasileiras. Para isso, parte da crítica sobre a noção essencialista de “mulher” (BEAUVOIR), da noção de performatividade de gênero (BUTLER) e das dinâmicas do silenciamento (SOLNIT) para empreender uma análise de conteúdo sobre a atual abordagem do telejornal local RJ1 em relação ao tema. Investiga-se, assim, como a produção de sentido do programa incorre tanto na atualização do debate sobre as condições das mulheres como na continuidade de certos estereótipos relacionados a elas.

Palavras-chave: Telejornal; Femicídio; RJ1; Gênero; Lei do feminicídio.

1. Introdução

De 28 a 31 de outubro de 2020, o RJ1 – telejornal local da TV Globo que contempla a região metropolitana do Rio de Janeiro e vai ao ar em duas edições, às 12h (1) e às 19h15 (2) – exibiu uma série de reportagens sobre feminicídio. A apresentadora Mariana Gross explicou que a iniciativa tinha como objetivo conhecer as histórias de “famílias que perderam mães, perderam filhas para a covardia de seus companheiros; de mulheres que quase morreram depois de ataques brutais e também mostrar para mulheres que estão passando por algum tipo de violência como pedir ajuda”.⁴

As quatro reportagens, com duração total de 24 minutos e 12 segundos, tinham como base dados divulgados pela pesquisa “Feminicídio: um estudo sobre os processos julgados pelas Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro”,

¹ Trabalho apresentado no GT História das Mídias Audiovisuais, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Pós-doutoranda no Programa de P'ós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: flavialeiroz@gmail.com

³ Doutora, professora adjunta do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: patriciadabreu@gmail.com

⁴ <https://globoplay.globo.com/v/8977433/?s=0s>

realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia (NUPEGRE) da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj)⁵ e pelo Atlas da Violência 2020 (CERQUEIRA; BUENO, 2020).⁶ As informações disponibilizadas logo na abertura da série de reportagens, comandada pela repórter Lilia Teles, explicitam em números o que é sentido socialmente: no Brasil, a cada 7 horas uma mulher é vítima de feminicídio; e a cada 2 segundos, uma mulher é agredida. No Rio de Janeiro, nos últimos quatro anos, mais de 300 mulheres foram assassinadas por serem mulheres.

A pesquisa do NUPEGRE analisou 31 processos, de 2015 a 2019, para, a partir das histórias das mulheres depreendidas dos processos judiciais, compreender como se dá a prestação da tutela jurisdicional e sugerir recomendações para a proteção dos direitos humanos das mulheres em situação de violência doméstica (NUPEGRE, 2020). O ano de 2015 não foi escolha aleatória, uma vez que marca a promulgação da Lei n.º 13.104/2015 (BRASIL, 2015), que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848/1940), identificando o feminicídio como circunstância qualificadora de crime hediondo, tal qual estupro, genocídio e latrocínio, entre outros. Feminicídio é o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Para a juíza Adriana Ramos de Mello, presidente do NUPEGRE e do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, a pesquisa é um instrumento relevante para a reflexão sobre a questão do gênero no Brasil no contexto da aplicação das leis, das decisões jurídicas tomadas a partir delas desde o início dos processos. A relevância disso está no reconhecimento dos problemas causados pela cultura machista que atravessa nossa sociedade: “Esperamos que a pesquisa instigue a elaboração de políticas públicas e de práticas que eliminem realidades estruturais de violência, de desigualdade e do patriarcado a que são subjugados os corpos femininos” (NUPEGRE, p. 6).

Os dados e as reportagens, aqui neste trabalho, serão vistos tendo com pressupostos o diálogo entre Simone de Beauvoir (2009), Judith Butler (2020) e Rebecca Solnit (2017), cujos conceitos nortearão nossas leituras da relação entre a série de reportagens do RJ1 e a pesquisa do Nupegre, que entregou em primeira mão os dados coletados ao telejornal para sua divulgação. Buscamos analisar características tanto do que os dados explicitam como as

⁵ Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/relatorios_de_pesquisa_nupegre/edicoes/numero5/relatorios-de-pesquisa-nupegre_numero5.html. Acesso em: 12 maio 2021.

⁶ Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 10 maio 2021.

imagens e palavras desvelam nas matérias exibidas, com o objetivo de compreender os sentidos construídos em torno das continuidades e rupturas de violências que, historicamente constituídas pela sociedade patriarcal, se dão a ver nas tessituras do telejornal local.

Sob essas perspectivas, nos propomos a refletir sobre como a materialização dos corpos femininos pela ideia de mulher produz discursos e práticas de violência e como esses conteúdos e atos se explicitam nas narrativas telejornalísticas. Nelas, imagens, enquadramentos, textos e gestos no tempo se entrecruzam a conquistas, diferentes lutas e diversas formas de silêncios, numa dinâmica que se estende para além de marcos legais e civis. Assim, após a exposição do quadro teórico e de dados da pesquisa citada, a série de reportagens será analisada à luz do Dossiê Femicídio, do Instituto Patrícia Galvão, elaborado em 2016. Por fim, faremos algumas considerações sobre permanências e rupturas na construção discursiva, a partir do que foi analisado.

2. Mulher: símbolo estético do patriarcado

A relação entre a mulher e o patriarcado brasileiro (entendido como regime social que atravessa os períodos colonial, imperial e republicano) tende a ser delineada pela imobilidade polarizada entre a imagem da autossacrificada mulher “de família” e a imagem da lasciva mulher nativa ou desterrada. Historicamente, as práticas sociais delimitaram as mulheres brasileiras a uma essência traduzida pelas noções de dualidade, inferioridade e dependência, essência esta pela qual um biformismo biológico e simbólico dava a elas o duplo estatuto da fragilidade e da selvageria, que obrigaria o homem tanto a proteger sua natureza passiva como a domar sua perigosa selvageria. Inferia-se, assim, uma noção binária de mulher como propriedade do macho, noção esta que transformou as mulheres em seres colonizados e, posteriormente, proletarizados pelo homem. Nosso passado colonial impunha e impõe às mulheres uma ontologia de ser-para-o-homem calcada em eficazes imagens paradoxais de santidade e de animalidade, ontologia esta que estabiliza a cultura, a política e a economia patriarcais.

Em associação a uma violenta opressão, essa dinâmica invisibiliza as múltiplas existências de mulheres em função de um ideal unívoco de mulher: aquela que, domesticada ou indomável, deve ser possuída. Por isso, a tipificação do assassinato por motivo de gênero como feminicídio é importante: porque a nomeação não se restringe,

como alerta Simone de Beauvoir (2009), a uma condição biológica de fêmea, mas se espraia para uma construção histórica que atravessa tanto o material como o simbólico.

Na época em que o gênero humano se eleva até a redação escrita de suas mitologias e de suas leis, o patriarcado se acha definitivamente estabelecido: são os homens que compõem os códigos. É natural que deem à mulher uma situação subordinada. Mas poderíamos imaginar que a considerassem com a mesma benevolência com que encaravam as reses e as crianças. Não é o que ocorre. Organizando a opressão da mulher, os legisladores têm medo dela. Das virtudes ambivalentes de que ela se revestia retém-se principalmente o aspecto nefasto: de sagrada, ela se torna impura. (BEAUVOIR: 2009, p. 120-1)

Patriarcal, essa construção escora a lógica de opressão das mulheres em suas diferentes condições (e que, posteriormente, nós, feministas, chamaríamos de interseccionalidades) e é reiterada pelo que Judith Butler (2020) conceitua como performatividade de gênero. Se em Beauvoir a ideia do feminino imanente é constituída no tempo para “construir” a mulher, em Butler a ideia de gênero está nos corpos como superfícies politicamente controladas, por meio de uma repetição estilizada de atos e estilos (BUTLER, 2020, p. 242).

Na prática, os dados dos processos analisados pelo NUPEGRE (2020) mostram que 52% das vítimas são mulheres pretas ou pardas; 74% têm filhos; em 90% dos casos, a vítima tinha uma relação íntima com o agressor; 42% moravam com o agressor; e metade das vítimas era independente economicamente. Em relação aos processos, cerca de 20% não têm uma ou várias informações relacionadas às vítimas sobre raça/etnia, idade, ocupação, moradia ou número de filhos. Em 39% dos casos, não se fez análise ou coleta de material para detectar se houve crime sexual, mesmo em situações em que fotos e depoimentos anexados aos processos indicam sinais de possível violência sexual. (p. 68). Há que se destacar também que apesar de em 64,5% dos casos os agressores terem sido indiciados por feminicídio tentado ou consumado – 12 das 31 mulheres agredidas sobreviveram –, em 35,5% eles foram indiciados por outros crimes como homicídio, lesão corporal, roubo ou disparo de arma de fogo:

Para nós, é negativamente surpreendente pensar que 35,5% dos casos de feminicídio observados não foram considerados como tal pelas autoridades policiais, sobretudo levando em conta a objetividade da qualificadora do feminicídio, que deveria ter sido ponderada no ato do indiciamento. A se pensar medidas de compreensão dessa realidade, a fim de corrigi-la, recomenda-se, além da formação permanente da polícia civil, o monitoramento dos eventos destacados e correlatos sob uma perspectiva de

gênero na execução dos procedimentos de arma de fogo (NUPEGRE, 2020, p. 70).

O relatório aponta que, em alguns casos, o Ministério Público mudou o indiciamento para feminicídio. A leitura e análise das magistradas sobre os processos concluem que “a objetividade sobre a qualificadora do feminicídio não é conhecida ou praticada”. Segundo o documento, em muitos casos não há esforço em analisar aspectos estruturais e sociais relacionados ao crime, atendo-se mais a discussões técnicas. Acreditamos que, nesta lacuna, a investigação jornalística poderia atuar, uma vez que, atualmente, os modos e usos da comunicação, atravessados por novas estratégias de conexão, tensionam os discursos que dão estabilidade à ordem constituída. Porém, dados do relatório Global Media Monitoring Project (GMMP) 2020 - que monitora, a cada cinco anos, a representação sobre as mulheres e os estereótipos de gênero nos conteúdos noticiosos ao redor do mundo - mostram que, nos últimos 25 anos, persiste a exclusão de mulheres como produtoras, fontes e sujeitos das notícias. Apesar de, na televisão, ocuparem quase a metade dos cargos de repórteres e apresentadoras, as mulheres, em sua diversidade, continuam sendo representadas de forma estereotipada. No último monitoramento realizado pelo GMMP, a análise do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, mostrou que as mulheres seguem aprisionadas nos papéis sociais de mãe e esposa, que seus corpos estão a serviço dos maridos e dos filhos e que suas falas. Como técnicas e especialistas, tendem a ser invisibilizadas.

Nesse sentido, é importante frisar que a referencialidade jornalística não é a transposição cartesiana de dados do real histórico concreto, uma vez que estes dados são hierarquizados e organizados segundo critérios de noticiabilidade pelos chamados *gatekeepers*. Além disso, no processo de produção da notícia (que compreende o olhar jornalístico lançado ao fato, a construção do acontecimento jornalístico, a apuração das informações, as técnicas redacionais e a adequação de linguagem do relato noticioso e a circulação dos conteúdos) é fundamental investigar e desvelar como opera a matriz patriarcal de nossa cultura. Esse desvelamento é fundamental para que as mulheres reconheçam situações de abuso e as violências sofridas, constantemente naturalizadas, e para que rompam o silenciamento que lhes é imposto.

Na raiz disto, a construção histórica da mulher pelos discursos filosófico, científico-biológico, psicanalítico, materialista e sociológico - como nos aponta Beauvoir – sustenta, em nossa cultura, um símbolo estético do patriarcado: a mulher privatizada. Segundo a já citada pesquisa da Emerj, na maioria dos casos de feminicídio íntimo, o motivo é a não

aceitação por parte do homem da separação do casal e, principalmente, o sentimento de posse. A questão ultrapassa o mero âmbito pessoal, pois é consequência do regime patriarcal e legitima o uso da violência pelos homens contra mulheres.

Essa cultura contribui para a diferença de tratamento entre os gêneros, sendo a identidade feminina associada ao silenciamento e à anulação frente ao desejo do companheiro. (...) Isso acontece em razão da cultura machista e misógina, que associa a figura da mulher a um patrimônio do lar, responsável pelos afazeres domésticos e pelo bem-estar do marido. (NUPEGRE, 2020, p. 93-4).

Descodificação dessas naturalizações, o jornalismo é instância fundamental para o combate dessas violências históricas.

A principal causa dos crimes de violência contra as mulheres é a naturalização da desigualdade de entre os gêneros, que leva o agressor a se sentir no direito de possuir, controlar e ‘disciplinar’ a mulher ou a ex-mulher, pois frequentemente esses crimes ocorrem após a separação, quando o homem não aceita a ruptura da relação ou não admite que ela inicie outro relacionamento. ‘Ataque de ciúmes’, ‘perdeu a cabeça’, ‘estava fora de si’, ‘ficou transtornado’, ‘teve um surto’, ‘ataque de loucura’: estas são as principais alegações para ‘justificar’ um feminicídio que, além de ser frequentemente utilizadas pelos autores do crime e por policiais e delegados, são reproduzidas com grande destaque pela imprensa. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Disponível em:

<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/>)

O papel do jornalismo é, portanto, estratégico para a formação da opinião e na pressão por políticas públicas para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre o feminicídio, revelando como ele, em grande parte, consequência da cultura patriarcal machista. Por descodificar a chave de leitura da mulher como “possuída” é fundamental ressignificar as mulheres, libertando-as de seu aprisionamento unívoco como símbolo estético do patriarcado. Para isso, é necessário dar atenção à produção e divulgação de informações midiáticas sobre casos de feminicídio que, muitas vezes, reforçam estereótipos sobre papéis e comportamentos socialmente prescritos para as mulheres.

3. Mulher e jornalismo: a série de reportagens do G1

Na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, quando a Organização das Nações Unidas completava 50 anos de existência, estabelecia-se uma plataforma com propostas, objetivos estratégicos, ações e medidas recomendadas para “assegurar a plena implementação dos direitos humanos das mulheres e das meninas como

parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” (ONU, 1995, p. 151). O documento, apesar de ser uma síntese do que movimentos e organizações feministas haviam proposto e construído do sobre demandas por direitos, reivindicava, pela primeira vez, como ressalta Montserrat Boix (2002), a comunicação como um dos direitos humanos básicos e peça-chave para mudança social na luta pela igualdade de direitos. Há 25 anos, se exaltava o caminho da voz como o direito de autodeterminação, de participação, de concordância ou divergência, de viver, interpretar e narrar.

Assim, a Plataforma de Ação de Pequim (ONU, 1995, p. 232, 233), em sua seção J, destacou o direito das mulheres e meninas à comunicação e definiu objetivos estratégicos que deveriam (e devem) orientar a ação de governos e sociedades: aumentar o acesso das mulheres aos processos de expressão e de tomada de decisões na mídia e nas tecnologias de comunicação; aumentar a participação delas nessas áreas, bem como aumentar suas possibilidades de expressão midiática; e promover uma imagem equilibrada e não-estereotipada das mulheres nos meios de comunicação. Desde então, estudos relacionados ao percurso (MADSEN, 2016) e ao monitoramento de processos (GMMP, 2020) foram feitos, apontando que as desigualdades de gênero são partes da causa da invisibilidade política e narrativa de mulheres no que conhecemos como mídia.

O RJ1, da Rede Globo, tem 57,5% de seu quadro profissional ocupado por mulheres. Na série de reportagens sobre o feminicídio, a ficha técnica é composta por Mariana Gross como apresentadora; Lilia Teles como repórter; Juliana Cabral nas imagens; Amanda Wanderley na produção; Aline Lima e Cynthia Strongo na arte; Carol Ligas e Elis Silvestri na edição; e Daniel Durães como técnico de captação de som. As fontes das reportagens são majoritariamente mulheres: juízas, delegadas, psicóloga, assistentes sociais, parentes de mulheres vítimas de feminicídio e mulheres que sofreram violências e tentativas de feminicídio. Há duas exceções: o pai de Vanessa, morta pelo marido, e o participante de um programa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, chamado “Escola de Homens”, criado para tentar reduzir a reincidência das violências praticadas contra as mulheres. A série de quatro reportagens veiculada pelo noticiário local aborda cinco casos vivenciados por cinco diferentes mulheres.

As duas primeiras são apresentadas por fotos e lembradas pelos familiares. Cristiane aparece apresentada pela filha, mulher negra, Yasmin Dias da Silva, segurando uma foto no dia de sua formatura. Ela conta que era muito próxima da mãe, que estava se separando de

Edson Alves Luiz, seu segundo marido, com quem teve dois outros filhos. Em 2015, Cristiane foi assassinada por ele que, segundo Yasmin, “disse no depoimento na delegacia que só parou de esfaqueá-la quando viu que ela tinha morrido”. A morte da mãe impeliu a moça a se expressar: o trabalho de fim de curso de Yasmin, que se formou em jornalismo, foi um curta-metragem sobre feminicídio. “Tudo que eu faço hoje é para salvar o máximo de mulheres possível”, ela afirma na reportagem.

Na mesma reportagem, a segunda vítima é Vanessa, apresentada através de fotos pelos pais, seu Waldir e dona Alice. Nelas, a jovem negra sorri para a câmera, como faz qualquer mulher feliz na casa dos 20 anos. A exceção é para a foto tirada pelos pais quando Vanessa foi internada. Na cama do hospital, Vanessa, encolhida e de olhos fechados, é a imagem da dor física e da humilhação. Com um lençol puxado até o pescoço, Vanessa parece querer proteger o corpo violentamente espancado, em uma tortura que só teve fim quando a tia de seu agressor pediu que uma conhecida chamasse a polícia. Em 2019, Vanessa saiu de casa de ambulância, fraca, com vários hematomas, e morreu logo depois, de hemorragia interna provocada por sessões de espancamento que duraram mais de uma semana. O laudo do IML, no qual constam essas informações, não foi anexado ao processo que investiga sua morte.

A terceira reportagem é sobre Ely Areas Silva e Rosângela Maria Sá. As duas mulheres sobreviveram a tentativas de feminicídio, mas seus corpos ficaram grotescamente marcados pro seus ex-companheiros. A jornalista Lilia Teles lembra que, para esses homens covardes, “não basta matar a mulher; antes, é preciso que ela sofra”. Esse sofrimento, além de físico, emocional e moral é também material: com o corpo coberto por marcas grotescas, resultado de cortes profundos feitos com um pedaço de vidro grosso quebrado, Ely, mulher branca, conta que os ferimentos, provocados pelo ex-marido, romperam seus tendões. Hoje, a falta de movimento em uma das mãos a impede de exercer sua profissão de costureira. Ao fim da história de Ely, a imagem de cacos de vidros estilhaçados dá lugar a imagem de chamas, que introduzem o drama de Rosângela, mulher negra. Relembrando um marido que, segundo ela, nunca foi violento, Rosângela conta como ele provocou queimaduras em mais de 60% de seu corpo. O combustível usado foi uma garrafa de gasolina que, em segundos, deixou marcas que deformaram seu rosto, pescoço, torso e braços para sempre.

Rosângela é também personagem da terceira reportagem da série. Na abertura do VT, ela aparece citando a importância do Movimento de Mulheres de São Gonçalo, um grupo de apoio que a ajuda a ressignificar a experiência traumática da tentativa de

femicídio. A estratégia para isso vai ao encontro do que Beauvoir já dizia há mais de 70 anos e ao que Solnitt aponta como forma de existência: a consciência sobre as experiências como existências potentes e a quebra dos silenciamentos, respectivamente. Uma estratégia de fortalecimento, como analisa a Promotora Legal Popular, Iolanda Franquilino, mulher branca. Ela acompanhou a história de a história de Cláudia Ferreira, mulher branca: espancada pelo marido, Cláudia viveu também sob intensa violência moral e psicológica e testemunhou as ameaças que o ex-companheiro fazia a seus filhos, afirmando que iria matá-la se ela se separasse. Ao conseguir romper o silêncio e denunciá-lo, Cláudia e seus filhos se livraram do agressor. E o mais importante: fortalecida, pode, hoje, afirmar para si e para o mundo que tem “o direito de ficar sozinha”. Mas esse “estar só” de Cláudia é radicalmente diverso da solidão provocada pelo silenciamento sobre as violências sofridas pelas mulheres. É escolha (difícil e que, invariavelmente, necessita de uma rede de apoio) pela autossuficiência: “Quando ela se fortalece, eu me fortaleço também”, afirma a promotora Iolanda, que também foi vítima de um marido opressor e violento.

A quarta e última reportagem da série começa com as declarações da diretora da Casa Abrigo Viva Mulheres Cora Coralina, Cristiane dos Santos da Glória, mulher negra. Alertando para o fato de haver, em todo o município do Rio de Janeiro, apenas um casa de acolhimento para vítimas de violência doméstica sob risco de morte, a diretora, por outro lado, reforça a necessidade de as mulheres saberem que podem, devem e têm o direito de ser acolhidas, junto com seus filhos. São iniciativas como essa que garantem a proteção de mulheres como a anônima que conta parte de sua história nesta última reportagem da série. Casada há mais de 13 anos, ela conseguiu se libertar do companheiro violento, que além de espancá-la e estuprá-la continuamente, ameaçava constantemente matar os seus filhos. Articulada à fala da diretora da Casa Abrigo, Cristiane, a delegada e diretora das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs)⁷, Sandra Ornellas, mulher branca, alerta que apenas 30 dos 92 municípios do Rio de Janeiro têm serviços de atendimento especializado às mulheres. Sandra também ressalta que, além da escassez de serviços, eles são prestados por profissionais de cargos comissionados, fazendo com que o que deveria ser uma política de Estado seja política de governos. Encerrando a quarta e última reportagem da série, a psicóloga do Jizadfo de Violência Doméstica, Joelma Perruti dos Santos, mulher branca, trabalha com a chamada Escola de Homens, iniciativa que busca conscientizar indivíduos que cometeram violências contra as mulheres. Um dos frequentadores, não identificados,

⁷ A primeira Delegacia Especial de Atendimento à mulher no Brasil foi criada em 1985, em São Paulo.

afirma que a participação no projeto pode ajudá-lo a se “comportar”, uma vez que se auto declara “explosivo”.

Além de evidenciar os casos em que o Estado falhou ao não evitar essas mortes violentas, a imprensa pode mostrar também como a sociedade vem falhando ao educar meninos e meninas para se relacionarem de forma respeitosa e não-violenta. Como construtor e destruidor de preconceitos e estereótipos culturais que moldam visões e comportamentos, o jornalismo pode contribuir para a promoção de debates mais aprofundados sobre as raízes da violência contra as mulheres e a importância de uma educação que aborde a igualdade de gênero e o respeito à diversidade e aos direitos humanos. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Disponível em: <http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/>)

As quatro reportagens se diferenciam das notícias que, entre 2015 e 2016, foram analisadas pelo Instituto Patrícia Galvão e constituem o Dossiê Feminicídio. Neste período, imediatamente posterior à promulgação da Lei do Feminicídio, prevaleceram reportagens que nomearam como homicídio os crimes contra mulheres, sem que os textos expusessem informações sobre as histórias das mulheres assassinadas e sobre o fato de terem ou não buscado ajuda. Nesse sentido, não esclarecem se as vítimas recorreram ao Estado para se defender de violências anteriores ou se possuíam medidas protetivas, entre outras medidas que podem apontar falhas nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Na série do RJ1, das sete mulheres que sofreram violências, apenas uma, por questões de proteção, não é identificada. Mas todas têm suas histórias mais ou mesmo relatadas. Histórias que se desdobraram em vários sentidos: luta, questionamento sobre o Código Penal, redes de apoio, alerta sobre infraestrutura de acolhimento, re-existência, conscientização dos homens.

Quando são enfatizados os depoimentos das que sobreviveram, ficam explícitas as possibilidades de ajuda a partir do testemunho exemplar, que configura sua autenticidade pela própria experiência narrada. Ter vivido tal experiência credencia o narrador – testemunha, sobrevivente ou vítima – como autoridade no que diz: “a capacidade de exposição de sentimentos também vem sendo uma das formas de autenticar tanto o testemunho e a confissão quanto a experiência narrada” (RIBEIRO E SACRAMENTO: 2020, p. 11). E rompe o silenciamento, essa forma de extermínio simbólico que interdita a inscrição de testemunhas nas narrativas midiáticas, as instâncias midiáticas enquanto testemunhas e o lugar testemunhal das audiências (SOLNIT: 2017; FROSH: 2009).

A violência contra as mulheres muitas vezes se dá contra as nossas vozes e as nossas histórias pessoais. É uma recusa das nossas vozes e do que significa

uma voz: o direito de autodeterminação, de participação, de concordância ou divergência, de viver e participar, de interpretar e narrar. Um marido bate na mulher para silenciá-la; um namorado ou um conhecido estuprador impede que o “não” de sua vítima signifique o que deveria significar, isto é, que a jurisdição sobre seu corpo pertence apenas a ela; a cultura do estupro afirma que o depoimento das mulheres não tem valor, não merece confiança; os ativistas contra o aborto também procuram silenciar a autodeterminação das mulheres; um assassino silencia para sempre. São afirmações de que a vítima não tem nenhum direito, nenhum valor, não é uma igual. Esses silenciamentos ocorrem nas menores coisas: as pessoas assediadas se entocam no silêncio on-line, abafadas ou interrompidas na conversa, menosprezadas, humilhadas, desconsideradas. Ter voz é fundamental. Os direitos humanos não se resumem a isso, mas isso é essencial para eles, e assim podemos considerar a história dos direitos e a falta dos direitos das mulheres como uma história do silêncio e do rompimento do silêncio. (SOLNIT: 2017, p.30)

Violências historicamente constituídas exterminam corpos e vozes, em um círculo vicioso que nega a circularidade virtuosa apontada por Paul Ricoeur (2010). Isso equivale a dizer que são interditas as possibilidades das deformações criativas do narrar. Se um mundo pré-figurado é fonte de escolhas para a configuração de textos que dão sentido a este mesmo mundo e que serão reconfigurados por outros contextos, urge que a abordagem sobre as violências contra as mulheres fie e desfie as tramas colocadas em circulação.

4. Considerações finais

Na série de reportagens do RJ1, Lilia Teles começa ressaltando que maridos ou ex-maridos são os agressores e/ou assassinos em mais de 90% dos casos. Antes, Mariana Gross afirma: “vozes que se calaram pelas mãos de quem se esperava amor”. Em outro momento, Lilia diz: “Essa é uma brutalidade como resposta a história de amor que chegou ao fim”. Sobre a agressão, Rosângela diz que nunca desconfiou que a última conversa com o ex-marido pudesse ter aquele desfecho: “Eu fui casada 21 anos. Eu não achava que ele fosse capaz de me agredir fisicamente (...) Ele era quieto, calado, e conseguia te manipular só com o olhar”.

Na porta da casa em que Ely foi agredida, Lilia Teles conta a história de mais de 20 anos de casamento: “Nesta casa, eles passaram a maior parte do tempo que estiveram juntos” (...) Mas a primeira vez que apanhou do Pedro não foi aqui. Ela estava grávida de 7 meses e, ao comemorar o gol do Brasil, levou um tapa na cara. Ele não estava bêbado, como das outras vezes. Ela estava na casa dos pais, mas não contou para ninguém”. Entre a fala das duas, fotos do “casal feliz”. Ely completa: “eu nunca entendi aquele tapa”. E conta

que, no dia da tentativa de homicídio, ela estava tomando cerveja, em um copo grosso, o marido se levantou e começou a bater nela com o objeto: “eu sangrava muito, estava muito fraca, eu não consegui dizer mais nada, não tinha mais nada a dizer. Nada do que eu dissesse o faria parar”. Há, aqui, a falta de problematização em relação ao fato de Ely ter silenciado quando recebeu o primeiro tapa ou seja: pesar de a brutalidade contra ela ter sido denunciada, o início da escalada da violência não foi questionado. E sua raiz, sabemos, é o patriarcado machista.

Essas questões se tornam fundamentais para pensarmos sobre medos e silêncios, e a força para falar por ela e por tantas. A possibilidade de contar as próprias histórias é também a possibilidade de romper a clausura imposta por histórias herdadas compulsoriamente, em um movimento de liberdade que conquista um lugar na história. Em muitos momentos, as reportagens da série exibida pelo G1 mostram que a retórica jornalística ainda se fixa em conceitos sobre os crimes que o documento produzido pela justiça tenta superar: quando a emoção envolve atos de fala e se materializa em imagens, há exploração de imagens de vítimas com a exibição de seus corpos, como se dá com as cicatrizes de Ely e com as marcas de queimadura de Rosângela, que chega a levantar a blusa para mostrá-las. Quando isso ocorre, é importante ressaltar que, além do vilipêndio pela crueldade da morte e pela tentativa de assassinato, há a revitimização pela exposição midiática. Sobre imagens das duas se olhando no espelho, Lilia Teles diz: “O espelho escancara e não deixa mesmo esquecer”.

A (jornalisticamente relevante) ênfase dada à importância de as mulheres pedirem ajuda não é a mesma ênfase dada à escalada e ao acúmulo das violências físicas, psicológicas e morais progressivamente vividas por essas mulheres. Mulheres que não receberam atenção do Estado muitas vezes porque não sabiam que poderiam contar com ela. Mulheres que têm a concessão para falar em reportagens que não questionam seu silenciamento historicamente constituído. Nesse sentido, a escolha narrativa feita é a de explorar a intensidade da crueldade e da desumanidade dos agressores/assassinos, dando ênfase, nos casos de Ely, Rosângela e Claudia, ao tempo de casadas de cada uma – todas com mais de 20 anos de vida conjugal. Para além de maniqueísta, esse enquadramento da esposa sofrida versus marido monstruoso reforça continuidades patriarcais, o que atrapalha o combate às violências cometidas contra as mulheres. A legislação sobre violência doméstica e feminicídio não é dirigida a esposas santas e maridos monstruosos e sim à cidadã e ao cidadão comuns. As violências cometidas contra as mulheres são cotidianas,

estruturais, diversas e, o que é mais grave, naturalizadas em narrativas que reforçam o aprisionamento em determinados papéis – como a afirmação do senso comum sobre “ele agrediu a mãe dos próprios filhos”.

Em consonância com isso, a apresentadora do telejornal, Mariana Gross, ressalta dados da pesquisa do NUPEGRE que indicam, como causas dos feminicídios, o ciúme, as emoções violentas, a defesa da honra, a inconformidade com a separação, os efeitos do consumo de álcool, o receio diante da suposição de ser traído. A estrutura patriarcal machista, a cultura misógina e a conjuntura de um país que agride uma mulher a cada dois segundos não é problematizada pelas reportagens. Isso demonstra uma articulação entre uma sociedade de base patriarcal e o desvirtuamento da função social do jornalismo: ao repetir os dados divulgados “com exclusividade” pelo Escola de Magistrados do Rio de Janeiro, o RJ1 declina da construção do acontecimento jornalístico como compromisso de deslocamento do senso comum para o senso crítico. Isso acontece apesar de a pesquisa mostrar que, em muitos processos, não há esforços do poder público para analisar aspectos estruturais e sociais ligados aos crimes. Por que esta não foi uma escolha editorial? Por que o noticiário se limitou a exemplificar o dados com histórias de crimes em vez de, já que se tratava de uma série de reportagens (o que permite mais tempo de elaboração do material audiovisual), elucidar a cultura da violência machista?

Essas questões apontam certas permanências presentes na série de reportagens do RJ1: nelas, a maternidade, a condição de esposas e o sentimento de posse do homem são constantes. Ou seja: sobrevivente ou mortas, todas essas mulheres são “possuídas”, privatizadas; são o Outro, do qual fala Simone de Beauvoir, aquela que, em sua imanência, é o bode expiatório da consciência patriarcal, que transcende pela posse. Mesmo assim, é importante ressaltar que “crime passionnal” não foi usado nenhuma vez, apesar das “justificativas” para o crime serem as mesmas. A série de reportagens do G1 traz também informações importantes, como entrevistas com pessoas que trabalham e fazem parte da rede de proteção do Estado, mostrando as fragilidades e as possibilidades do sistema de proteção à mulher vítima de violência. Mesmo assim, insiste em expressões como “história de amor” para dar sentido às relações com homens abusivos nem os questiona quando dizem que precisam “se comportar” em vez de se conscientizar.

Juntas, as mulheres ganham voz e impõe histórias de vida de fundamental importância. A “mulher”, quando fala e controla, seleciona o que fala, encontra formas de desconstruir o que nega suas histórias pessoais. E cria um paradoxo, exposto nas

dubiedades das continuidades e rupturas exibidas no RJ1: acreditar nelas significaria, em um país em que uma mulher é assassinada/silenciada a cada sete horas,⁸ contestar postulados considerados fundamentais. O controle da voz e de sua imagem pode ser provocador e instigante, despertando em quem ouve e vê a sensação incômoda de que aquilo que nos parecia um contexto conhecido, reconhecido, seguro e óbvio apresenta um acervo de questões nada evidentes.

No Brasil, há múltiplas e diversas perspectivas possíveis para percorrer o caminho de vozes de mulheres na produção de texto, imagens e narrativas jornalísticas que descodifiquem as chaves de leitura do patriarcado machista; há múltiplas e diversas perspectivas possíveis para amplificar vozes de mulheres como fontes jornalísticas contra a violência de seus silenciamentos e suas graves consequências na formação de nossa sociedade. Todas essas formas devem ecoar uma certeza: feminicídios são evitáveis.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo. Tomos I e II**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOIX, Montserrat. **Feminismos, comunicación y tecnologías de la información**, 2002. Disponível em: http://www.mujeresenred.net/m_boix-feminismo_y_comunicacion.html. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. 2015. **Lei n. 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em 15 de março de 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.); BUENO, Samira (coord.) et al. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 6 jun. 2020.

FROSH, P. **Telling presences: witnessing, mass media, and the imagined lives of strangers**. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. *Media witnessing: testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p.49-72.

⁸ Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>.

GMMP. **Global Media Monitoring Project 2020**. Disponível em <https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports/> Acesso em 14/07/2021

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Femicídio #InvisibilidadeMata**, 2016. Disponível em: <http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MADSEN, Nina. **Mulheres e comunicação no Brasil: 1995-2015**. Brasília: Ipea, 2016.

NUPEGRE. **Femicídio: um estudo sobre os processos julgados pelas Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2020. (Relatório de Pesquisa n. 5).

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação**. Anais da 4. Conferência Internacional sobre a Mulher, 1995.

PERROT, Michelle. 2015. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto.

RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor. **Televisão e memória: entre testemunhos e confissões**. Rio de Janeiro: MauadX, 2020.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa. Tomo I**. Campinas: Papyrus, 2010.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Vídeos da série de reportagens – Rede Globo:
<https://globoplay.globo.com/v/8977433/?s=0s>
<https://globoplay.globo.com/v/8979917/?s=0s>
<https://globoplay.globo.com/v/8983182/?s=0s>
<https://globoplay.globo.com/v/8985748/?s=0s>